

TERCEIRO SETOR, POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - IST: Um Estudo de Caso

Brendon Styuart Pinto Silveira
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
brendonstyuart@gmail.com

Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
sebastiaocerqueira@unipampa.edu.br

RESUMO

As organizações do terceiro setor são agentes de pressão social que mediam ações entre a sociedade e o setor público de maneira voluntária. Essas organizações chegam onde o governo às vezes não consegue chegar. Sendo assim, esse estudo teve como objetivo analisar o papel das organizações do terceiro setor para com a promoção de ações de combate à Infecções Sexualmente Transmissíveis. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, descritiva e estudo de caso. A coleta de dados se deu por meio de entrevista em profundidade e análise de documentos. Os resultados do estudo evidenciaram que Santana do Livramento como componente de uma Zona de Fronteira com Rivera – UY, deve especialmente focar na prevenção às IST's, uma vez que há livre trânsito de pessoas, livre comunicação e livre comércio entre as duas cidades. Foi possível identificar por meio da ONG USAS, quais dificuldades do trabalho entre setor público e terceiro setor. Frisa-se também a importância dos projetos de prevenção e o quanto é fundamental dar visibilidade ao HIV/Aids e Infecções Sexualmente Transmissíveis de modo geral, permitindo um diálogo entre sociedade civil e setor público para a melhoria e promoção da saúde.

PALAVRAS CHAVE: Terceiro setor. ONG. HIV/AIDS. IST's.

ABSTRACT

Third sector organizations are social pressure agents that measure actions between the society and the public sector, on a voluntary way. This organizations hit where the government sometimes can not. So, this study had as objective analyse the third sector organizations role with the promotion of actions against the sexually transmitted infections. This paper was characterized as applied research, descriptive and case study. Data collect was through in-depth interviews and documentary analyses. The results of the study showed that Santana do Livramento as a component of a Border Zone with Rivera - UY, should especially focus on prevention of STIs, since there is free traffic of people, free communication and free trade between the two cities. It was possible to identify through the NGO USAS, the difficulties of working between public sector and third sector. The importance of prevention projects and the importance of giving visibility to HIV / AIDS and Sexually Transmitted Infections in general are also highlighted, allowing a dialogue between civil society and the public sector for the improvement and promotion of health.

KEYWORDS: Third Sector. NGOs. HIV/AIDS. STI's.

1 INTRODUÇÃO

Retrocedendo na história das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), focando especialmente no desenvolvimento da epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), vírus que pode desenvolver no infectado a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), na década de 1980, época em que a doença surgiu como algo desconhecido e que nenhum país estava preparado para combater tal infecção com sucesso e rapidez para que a epidemia não se alastrasse.

O Brasil, entretanto, teve uma resposta rápida à epidemia da doença que naquele momento aterrorizava o mundo. Em 1986 foi criado no país o Programa Nacional de IST/AIDS, que teria um papel-chave nas ações que torneara o combate ao HIV. Dez anos depois, em 1996, o Brasil, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantia o acesso universal ao tratamento a todos os portadores do HIV/Aids.

O tratamento universal possibilitado através do Sistema Único de Saúde, só foi possível pela pressão social das organizações do terceiro setor como as ONG's, entidades filantrópicas e organizações civis através das manifestações populares para que se fortalecesse as políticas de combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis, especialmente ao HIV/Aids, desde o surgimento da epidemia.

Este estudo procurou explicar de que forma as Organizações do Terceiro Setor, em suas diversas formas, puderam contribuir e ainda contribuem para a promoção das Políticas Públicas de combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis, tendo-se como foco a União Santanense de Ações em Saúde - USAS, que tem a missão social de levar informação e materiais de prevenção à tais infecções, conscientizando os grupos considerados chaves no combate, como: indivíduos que trabalham com a prostituição masculina e feminina, comunidade LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, queers e outros) e indivíduos usuários de drogas.

Neste contexto, diante da problemática da epidemia de HIV/Aids que o Brasil enfrentou, de um crescente número de casos entre adolescentes em fase de iniciação sexual, bem como um crescente número de casos entre indivíduos da terceira idade, principalmente mulheres na faixa dos 60 anos que chegam no hospital com um estágio muito avançado da doença e com a imunidade muito baixa (OLIVEIRA, PAZ E MELO, 2013). Levando-se em conta, na maioria das vezes, a incapacidade dos governos, tanto em nível federal, estadual e municipal para o enfrentamento à doença e redução da informação de novos casos por entidades de saúde, este estudo vem tratar de um tema que, em termos de políticas públicas, tem gerado muito debate e conflitos, visto que trata-se de uma doença cujo tratamento por medicamentos ainda é muito caro para o governo e que tem feito com que as organizações do terceiro setor tentem ir onde o Estado não consegue por meio de suas políticas de saúde.

Entendendo que o Brasil, segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, aumentou o número de casos de HIV notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN em 4,1% de 2015 para 2016 (BRASIL, 2017), entende-se que seja necessária uma revisão periódica das políticas públicas e dificuldades que o poder público enfrenta no que tange ao tratamento, conscientização e enfrentamento à Infecções Sexualmente Transmissíveis, em especial ao HIV/Aids, este estudo buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Como as Organizações do Terceiro Setor contribuem para a promoção das Políticas Públicas de combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis em Santana do Livramento?**

Buscando-se responder à pergunta de pesquisa acima, neste estudo foram estabelecidos os seguintes objetivos:

a) Objetivo Geral:

Identificar a importância do papel das Organizações do Terceiro Setor na promoção das Políticas Públicas de combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis em Santana do Livramento.

b) Objetivos Específicos:

- Caracterizar as Políticas de Saúde Pública para o combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis em Santana do Livramento;
- Analisar as parcerias entre Terceiro Setor e Setor Público;
- Verificar como União Santanense de Ações em Saúde de Santana do Livramento contribui para a multiplicação de informação de prevenção e combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis.

As Infecções Sexualmente Transmissíveis, principalmente o HIV/Aids, alarmam o mundo desde seu surgimento, apesar de o Brasil ter enfrentado uma epidemia de maior porte e mais severa no passado, atualmente os casos de infecção de novos grupos que antes não eram grandes focos de infecção, a adoção negligente de métodos perigosos e não totalmente eficazes, bem como a banalização no uso de preservativos, alarma mais uma vez o país.

Neste contexto, entende-se que, faz-se necessário a parceria do governo com suas políticas públicas com as organizações da sociedade civil, para levar informação e não só tratar quem já está infectado, mas também conscientizar para prevenção de novos casos.

Diante disto e, percebendo-se uma necessidade de parceria mútua entre governo e organizações do terceiro setor, para o combate a um problema de saúde pública, esta pesquisa justifica-se pelo fato de que a sociedade precisa cada vez mais ser informada sobre o tema aqui estudado, principalmente os adolescentes e idosos que passaram a ser alvo destas infecções.

A justificativa teórica desta pesquisa recai no fato de que o tema aqui abordado buscará reunir um conjunto de princípios e teorias que possam servir de base para futuros estudos que venham a abordar questões relacionadas à saúde pública e ao combate a infecções sexualmente transmissíveis.

Este estudo justifica-se do ponto de vista prático a partir do momento que os resultados aqui obtidos servirão de base para o processo de decisão no que tange ao enfrentamento e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis no município de Santana do Livramento, assim como o fortalecimento de parcerias com organizações do terceiro setor presentes no município.

O estudo se divide em dois tópicos de fundação teórica, seguido da metodologia, análise e interpretação dos dados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico apresenta-se as teorias que embasaram este estudo, inicialmente aborda-se as políticas de saúde pública para o combate às IST's no Brasil e em seguida apresenta-se as organizações do terceiro setor e sua contribuição no combate às IST's no Brasil.

2.1 Políticas de Saúde Pública para o combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis no Brasil

Para começar a entender as diversas políticas que torneiam o combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis em todas suas variações, é preciso primeiramente entender o conceito de Políticas Públicas. Segundo Rodrigues (2011), política pública pode ser entendida como a tomada de decisões de forma coletiva que podem condicionar o comportamento de um conjunto da sociedade.

Conforme Secchi (2012), uma política pública é um meio criado para enfrentar um problema público, essa tem dois elementos fundamentais, a intencionalidade pública e resposta a um problema público, ou seja, a razão da criação de uma política pública, é somente para resolver um problema de grande parte da sociedade. Ainda segundo Rodrigues (2011), políticas públicas são um grande conjunto, dentro delas se dividem subconjuntos, tais como Política externa, Política econômica e o subconjunto que nos condiz no momento, o subconjunto das Políticas Públicas Sociais, onde se encaixam em seu rol as Políticas Públicas de Saúde.

Para contextualizar as políticas públicas de combate à Infecções Sexualmente Transmissíveis, precisa-se compreender de onde e quando surgiu suas necessidades. Segundo Villarinho (2013), a epidemia do HIV/AIDS no Brasil teve início nos anos de 1980, marcados pela omissão do poder público, o combate à recente epidemia era insuficiente e raso, caracterizando-se por episódios de discriminação e estigma. Alguns grupos sociais sofreram mais acentuadamente, como a comunidade LGBTQ+ a qual foi associada diretamente à proliferação do HIV/AIDS que ficou conhecido na época como a “Doença dos gays”.

Também Villarinho (2013), as primeiras respostas dos entes governamentais, provindos da pressão de organizações do terceiro setor e dos grupos mais atingidos pela epidemia, vieram no ano de 1986 com a criação do Plano Nacional de DST e AIDS – PN-DST/AIDS, esse que futuramente viria a ser referência mundial no combate ao HIV/AIDS. Ainda no ano de 1986 a Aids entrou para a lista de doenças de notificação compulsória no Brasil. Em âmbito federal também foi criada a Comissão Nacional de Aids, que vem a ser efetivada em 1987.

O mesmo autor ainda segue colocando que essas políticas defendiam o acesso universal ao tratamento do HIV/AIDS para o combate efetivo à epidemia da doença, mas no Brasil ainda não havia um plano de saúde que suprisse isso. Em 1988 com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que foi instituído o Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo direito fundamental do cidadão e acesso universal à saúde, colocando no Estado a responsabilidade de garantir tais direitos.

Segundo Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015), um importante investidor nas políticas públicas de combate ao HIV/Aids no Brasil, foi o Banco Mundial a partir do ano de 1993 através de financiamentos firmados com o país, os projetos apresentaram subsídios para uma melhor resposta à epidemia e inseriu os princípios do SUS ao integrar a participação da sociedade civil no combate à doença por meio da inserção de ONG’s das 27 unidades federadas.

De acordo com Villarinho (2013), foram três grandes acordos firmados com o Banco Mundial, o primeiro, batizado de “Projeto AIDS I”, posto em prática a partir de 1994 e durou até 1998, esse dava prioridade à implementação e estruturação de serviços assistenciais aos portadores do HIV.

Um segundo financiamento foi acordado a partir de 1998, esse vigorando até 2003 e tendo objetivos mais abrangentes, visava diminuir a transmissão de HIV e IST’s em geral, assim como melhorar o diagnóstico, tratamento e assistência às pessoas com IST/HIV/AIDS. A partir de avaliações positivas do desempenho dos projetos AIDS I e II, o Banco Mundial firmou um terceiro convênio com vigência de 2003 a 2006. Esse detinha novos objetivos a serem alcançados, mais ambiciosos, mexem com a proposta de melhoria na gestão das três esferas governamentais para políticas de combate à IST’s e interação com a Sociedade Civil Organizada, melhoria também das tecnologias e no diagnóstico precoce à IST’s disponibilizados pelo SUS. No Projeto AIDS III indica-se também o investimento recursos

próprios na descentralização dos programas de combate à IST/HIV/AIDS dos Estados e Municípios (VILLARINHO, 2013).

Conforme a Portaria 2313 de 19 de dezembro de 2002 do Ministério da Saúde, foi instituído o Plano de Ações e Metas, que era um instrumento para planejar, monitorar e avaliar as ações colocadas pelas Secretarias Estaduais e Municipais, oportunizando que o PN-DST/AIDS chegasse a respostas mais positivas de seus planos levando diferentes necessidades de cada região do país.

Uma vez abordadas as políticas públicas no Brasil e especificamente as políticas públicas iniciais para o tratamento da IST/AIDS no país, a seguir passa-se a abordar as organizações do terceiro setor no Brasil.

2.2 Organizações do Terceiro Setor e Sua Contribuição Para o Combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis no Brasil

Ao se abordar o terceiro setor no país, inicialmente se faz necessário conceituar “terceiro setor”, para melhor entender essas organizações. Segundo Leite (2003), o termo terceiro setor é usado para se referir às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e com finalidade do bem público. Difere do primeiro setor, o Estado, porque tais organizações são de natureza privada e diferem do segundo setor o Mercado, pois essas não visam lucro e o ganho financeiro de seus integrantes.

Segundo Rodrigues (1998), as organizações do terceiro setor estão divididas em duas categorias principais a) Organizações constituídas para a defesa dos interesses dos membros a que representam, exemplo dessas são os sindicatos de trabalhadores e associações de moradores; b) Organizações constituídas em prol de interesses filantrópicos e/ou públicos, sendo que neste segundo conjunto é constituído em sua quase totalidade pelas Organizações Não Governamentais – ONG’s, como exemplo dessas, são algumas ONG’s que ajudam pessoas com HIV/Aids e fazem ações para sensibilizar a prevenção à doença, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP’s e as instituições filantrópicas.

Para Ferrarezi (2000) antes da década de 1990, as organizações do terceiro setor eram vistas como forma de assistencialismo, ou eram mais limitadas a serem vistas como as associações para interesses dos entes dessas organizações.

Já conforme cita Leite (2003), em 1995 um grande marco para as organizações do terceiro setor foi alcançado, a posse do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, esse tinha visão de privatizar algumas e fortalecer outras instituições públicas, daí o surgimento de organizações que tinha como objetivo chegar onde o governo não conseguia em relação à assistência social.

Segundo Montañó (2010), o Estado transforma-se em um ator forte na promoção dessas organizações não governamentais, tanto no arcabouço legal, quanto no financeiro, sendo a União forte investidora das organizações do terceiro setor, uma vez que essas retiravam, ou melhor dizendo, tomavam para si, em parte, a responsabilidade do Estado para com as questões sociais.

De acordo com Ferrarezi (2000), em 1999, foi instituída uma lei muito importante para o terceiro setor a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, sendo que esta lei visa, no geral, estimular o crescimento do Terceiro Setor e estimular o crescimento do terceiro setor significa fortalecer a sociedade civil. Sendo que, conseqüentemente, fortalecer a sociedade civil significa investir em capital social.

Ainda o mesmo autor, essa lei qualifica as OSCIP’s e abre um arcabouço maior para o diálogo entre sociedade civil e Estado.

Conforme diz Farias (2006), no auge da epidemia do HIV/Aids que o Brasil enfrentou, alguns atores sociais tiveram papeis muito importante para a maturação dos termos

e maior entendimento sobre a doença, um destes atores foi a mídia que fazia uma divulgação massiva sobre a doença, outro ator social que surgira concomitante à epidemia, foram as Organizações Não Governamentais (ONG's), que pautavam importantes discussões sobre a doença.

De acordo com Bertoldi (2006), cabe ressaltar que o Brasil enquanto Estado, era referência mundial no tratamento ao HIV/Aids, entretanto, o tratamento desenvolvido pelas unidades de saúde não era tão encorpado quanto à conscientização para prevenção de novas transmissões do vírus e é nesse ponto que entram as ações de algumas ONG's criadas com o propósito de atacar a epidemia de Aids.

Segundo o mesmo autor, em um momento essas organizações desempenhavam o papel de agentes de pressão política para que o Estado garantisse o direito ao tratamento, em um segundo momento desempenharam importante papel assistencialista com o propósito de suprir a ausência do Estado.

Junto com o aumento de casos notificados de HIV/Aids na década de 1980, houve a popularização de termos errôneos para referir-se à doença, sendo inicialmente tratada como a “doença dos gays” ou “praga gay”, deixando nítido a discriminação social com essa parcela da sociedade. Neste contexto, surgem organizações que tinham o objetivo de desmitificar tal “praga”, sendo que parcela da sociedade que já sofria preconceito em função da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, passou a sofrer pressões de outros grupos conservadores da sociedade que enxergavam essa minoria como propulsora do mau que abalava as famílias e a sociedade como um todo, gerando forte preconceito social (GOMES, ET AL., 2013).

Conforme Parker (2003), o termo ONG/Aids ficou popularmente conhecido para se referir a organizações da sociedade civil que tinham como objetivo dar respostas à epidemia do HIV/Aids. Segundo Teixeira (1997), a primeira ONG/Aids a ser criada, em 1985 no Estado de São Paulo, foi o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids de São Paulo - GAPA/SP que surgira com intuito assistencialista, lutando por melhorias no tratamento e integridade das pessoas portadoras do HIV/Aids.

Já em 1986, surge no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, essa surge com uma proposta onde defendia que o Estado era o único responsável pelo tratamento e integridade das pessoas portadoras do vírus, tendo um papel de pressão diante da omissão do poder público frente às questões da epidemia do HIV/Aids. (PARKER, 2003)

Segundo Campos (2005), em 1989 foi criado o Projeto Previna, que contava com a participação das ONG/Aids e participação dos considerados grupos de risco para juntos formularem programas de prevenção. Ainda para Campos (2005), em 1989 também foi criado o Grupo pela VIDDA (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids), esse discutia não somente a prevenção, mas também quadros de negação de direitos e preconceitos que as pessoas que já viviam com HIV/Aids, eram submetidas pela sociedade em geral, abordando questões como avanços terapêuticos e medicamentos que poderiam de alguma forma ajudar na qualidade de vida dos pacientes soropositivos.

A ascensão do diálogo de combate ao HIV/aids entre Estado e Sociedade Civil deu-se mediante três demandas chaves, explica Teixeira (1997), sendo elas, primeiramente a gerada por grupos minoritários da sociedade que, com o surgimento da epidemia do HIV/Aids, sofreram fortes estigmas e preconceitos (Comunidade LGBTQ+); segundo, a demanda gerada pelo grupo de pessoas portadoras da Hanseníase, outra doença rodeada por estigma e preconceito; terceiro o cenário político da época que era caracterizado por ser um momento pós regime militar, com eleições presidenciais democráticas, sendo este governo eleito e os que o sucederam tidos como governos sanitaristas e progressistas.

Após abordar as teorias que embasam este projeto, trazendo-se à tona autores que contextualizam e conceituam o tema ora proposto, a seguir apresenta-se a metodologia que orientou este estudo.

3 METODOLOGIA

Neste tópico apresenta-se os aspectos metodológicos do presente estudo. Primeiramente aborda-se as características da pesquisa, em seguida fala-se dos sujeitos da pesquisa e posteriormente aborda-se as técnicas de coletas de dados e as técnicas de análise.

Ao fazer-se a caracterização da presente pesquisa, inicialmente aborda-se que se tratou de uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa permite que o fenômeno seja melhor interpretado e compreendido em suas condições em que acontece e de onde faz parte, levando muitas vezes o pesquisador que, desse método deleita-se, a campo pesquisar e analisar dados para entender a dinâmica do fenômeno.

O tipo qualitativo de metodologia, segundo Marconi e Lakatos (2011), adentra aspectos mais profundos, muitas vezes podendo oferecer detalhes mais minuciosos sobre as investigações. Desde o seu surgimento, a pesquisa qualitativa já foi criada por antropólogos ao observar indivíduos e pequenos grupos, esses desenvolveram o método qualitativo pois acreditavam que os dados obtidos ao observar esses grupos não podiam ser quantificados, colocados em números, mas sim observados e interpretados.

Quanto ao caráter da pesquisa, ela foi do tipo descritiva, em que segundo Gil (2012) esse tipo de pesquisa se caracteriza por descrever determinado fenômeno, bem como aprofundar conhecimento nas associações entre variáveis, no caso desse estudo, associação entre terceiro setor e políticas públicas de combate às infecções sexualmente transmissíveis.

Quanto à coleta de dados, o procedimento usado foi um estudo de caso realizado na ONG União Santanense de Ações de Saúde, situada na cidade de Santana do Livramento, instituição fortemente ativa nas questões de combate e prevenção às IST's. Para reforçar a opção por este tipo de pesquisa Gil (2012) observa que no estudo de caso o pesquisador faz um mergulho profundo em um dado contexto e de lá retira um conjunto de dados necessários para conhecer o fenômeno estudado.

Segundo define Creswell (2014), pesquisa de estudo de caso envolve uma pesquisa dentro de um caso da vida real e contemporâneo, Yin (2010) ainda complementa que estudo de caso é escolhido quando a gama de comportamento do grupo estudado não pode ser controlada, além desse tipo de pesquisa ter a capacidade de lidar com vários tipos de fontes, como documentos, entrevistas e observações.

Foi aplicada uma entrevista semiestruturada, que conforme Marconi e Lakatos (2011) essa se caracteriza por dar ao entrevistado condições de expor suas percepções sobre o fenômeno estudado, bem como requisita do pesquisador uma condição de retirar do entrevistado informações consistentes sobre o fenômeno abordado, as entrevistas que duraram em média 15 minutos foram gravadas e posteriormente transcritas.

Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada, enquanto técnica para coleta de dados, caracteriza-se por perguntas que são apoiadas em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Triviños (1987) ainda cita que a entrevista semiestruturada ajuda na descrição e compreensão de um fenômeno social em sua totalidade.

Gil (2012) ainda aborda que a entrevista é a técnica mais aplicável para a pesquisa qualitativa, pois está intimamente vinculada ao fato de buscar no entrevistado percepções e informações por meio de questões flexíveis, diferente dos estudos quantitativos que buscam verificar quantas vezes uma determinada situação se repete a partir de questionários fechados.

A União Santanense de Ações em Saúde – USAS foi o objeto que servirá para coleta de dados por meio de observações, documentos e entrevistas. Marconi e Lakatos (2011) citam que entrevista qualitativa é flexível e aberta, podendo ter vários tipos de perguntas que podem ser feitas pelo pesquisador para obter respostas mais esclarecedoras e informativas possíveis sobre o tema ou problema investigado, para complementar Gil (2012) diz que a entrevista oferece uma flexibilidade maior, uma vez que o pesquisador ou entrevistador pode adaptar as perguntas para as pessoas e circunstâncias em que desenvolve a entrevista.

Para este estudo, os sujeitos de pesquisa foram os atores que hoje compõem a União Santanense de Ações de Saúde, situada na cidade de Santana do Livramento/RS, sendo que foram entrevistados a coordenadora e a secretária da ONG, hoje essa conta com uma equipe com cerca de 10 pessoas, entre voluntários e membros fixos. Foi também entrevistada a enfermeira coordenadora do Serviço de Atendimento Especializado – SAE, unidade componente da Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Livramento, essa unidade é responsável pela distribuição de remédios para pessoas portadoras de IST's, assim como material de prevenção, os profissionais do SAE são os principais executores das políticas públicas de combate às IST's, e enquanto unidade de caráter público, o SAE já fez diversas parcerias com a USAS para trabalharem juntos em campanhas de prevenção e tratamentos de IST's.

A opção por entrevistar a coordenadora e a secretária se deu em função de que estes membros estão na ONG desde sua criação no ano de 2004, e serão para este estudo informantes-chave, bem como a enfermeira coordenadora do SAE que é responsável pela coordenação dos serviços oferecidos pelo órgão. Segundo Marconi e Lakatos (2011) a intencionalidade da amostra reside no fato de que o sujeito de pesquisa escolhido será aquele que melhor contribuirá para o desenvolvimento do estudo.

No presente estudo os dados foram tratados com base na análise de conteúdo, que conforme Bardin (1977), tem três etapas, a pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados e interpretações. O autor cita que é muito usado nas ciências sociais e com seus objetivos bem definidos e boa capacidade de interpretação, serve para revelar pontos de difícil percepção no texto.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A ONG União Santanense de Ações em Saúde - USAS se localiza atualmente na sala 204 do Palácio do Comércio na Rua dos Andradas, 110, no centro do município de Santana do Livramento. Foi fundada em 2004 com o objetivo central de levar informações sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis, em especial a Aids. Em entrevista com integrantes da equipe da USAS, essas que também estão desde sua fundação, colocam que a ONG foi criada logo após a saída de uma de suas fundadoras da Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Livramento, essa e mais algumas pessoas que tinham visão parecidas e estavam dispostas a fundar a ONG, deliberaram como a sociedade civil poderia ajudar no combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis.

No documento “Plano de Ação: Relatório de Atividades - 2017”, é colocado de maneira sucinta e clara a missão da ONG USAS.

A USAS tem por finalidade o apoio e o desenvolvimento de ações de saúde e de prevenção das IST/HIV/AIDS junto à população em geral, em especial os jovens, adolescentes e mulheres, mediante atividades informativas educacionais, garantindo-lhes uma melhor e adequada qualidade de vida, como meio de respeito à dignidade humana e a par de facilitar a articulação entre a comunidade e instituições de saúde.

Quando se coloca a importância das organizações do terceiro setor na reivindicação por melhores condições no tratamento às infecções sexualmente transmissíveis, desde os anos 80 quando surgiu a epidemia do HIV/Aids no país, Farias (2006) cita que essas organizações foram fortes atores que traziam importantes discussões para dar visibilidades e maturar termos que surgiam em volta da epidemia, sobre isso o Entrevistado 2 aborda que:

Eu acho que o papel das ONG/Aids é trazer visibilidade para uma população que ainda sofre muito preconceito e discriminação, porque é através de ONG's, de campanhas de atividades de prevenção que a gente dá visibilidade a um problema que existe e que está aí desde os anos 80, muito se avançou e ao mesmo tempo pouco se avançou, porque ainda existe muita discriminação em volta da Aids.

Já o Entrevistado 1, por sua vez, entende que:

Eu acho que as ONG's foram fundamentais, fizeram bastante pressão junto ao Ministério, foram um grito que foi ouvido, e conseguiram dessa forma um despertar, conseguiram impulsionar na época para considerarem o programa de Aids, e se tornar referência, se não fosse o terceiro setor ir para as ruas, reivindicarem, não teríamos conseguido tudo o que se conquistou, dar essa visibilidade para a doença.

O fato de Santana do Livramento ser fronteira direta com Rivera – UY, atrai mais atenção para práticas de prevenção, segundo o Ministério da Saúde (2003), zonas de fronteira não oferecem barreiras fortes contra a disseminação das Infecções Sexualmente Transmissíveis, o livre trânsito de um país para o outro e a fácil comunicação, gera um risco maior, sendo que desde a época da grande epidemia, as zonas de fronteiras já tinham atenção global por esse motivo. Neste contexto de zona de fronteira, as entrevistadas explanaram sobre suas principais dificuldades, tanto como setor público, quanto terceiro setor, enquanto o trabalho entre os dois países, de acordo com a figura 1.

Figura 1 – Principais dificuldades com trabalho de prevenção em zona de fronteira.



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à figura 1, tanto a representante do setor público, quanto as representantes da USAS enquanto terceiro setor, colocaram que já fizeram parcerias, citaram o comitê

binacional para discutir a fragilidades da zona de fronteira, colocaram projetos em conjunto com a Intendência de Rivera, salientam certas dificuldades quando se trata do fluxo de trabalho, por serem países diferentes, o livre trânsito, livre comércio, as políticas públicas também são diferentes, há uma ajuda mútua, mas os projetos são dificultados principalmente pela parte econômica, como cita a Entrevistada 1:

Começamos em Rivera, nosso primeiro projeto, o projeto Recomeçar em 2008, o projeto Amar Sem Fronteiras também, onde trabalhamos em frente ao presidio com as mulheres dos presidiários, na época fomos até a Intendência, foram bastante receptivos, nos apoiaram, são parceiros sim, sempre quando precisamos nos acolheram, apesar de entramos com toda estrutura, com todos insumos, porque na época Rivera estava bastante carente, estávamos bem mais avançados no combate à Aids.

Quando se fala em atendimento universal e acesso gratuito ao tratamento às IST's, é de veras pensar no Sistema Único de Saúde, conforme o que cita Villarinho (2013), em 1986 foi criado o Plano Nacional de HIV/AIDS, política pública que defendia o tratamento universal à doença, mas só foi conquistado esse direito de maneira legal e efetiva, com a instituição do SUS pela Constituição Federal de 1988, sobre a importância do SUS para o combate à epidemia do HIV/Aids e IST's em geral, nosso grupo de análise explanou o seguinte, *“eu vejo como um avanço, porque sem o SUS não teria como né, fazer o tratamento das pessoas infectadas, porque o SUS banca a medicação desses portadores, porque é uma medicação muito cara”* (ENTREVISTADA 3).

Por sua vez a Entrevistada 2 coloca:

A importância está no acesso, a porta de entrada para toda população é o primeiro nível de atendimento, as unidades básicas, então a primeira parte da prevenção é a acessibilidade da pessoa ao atendimento, em consulta, um diagnóstico, para um possível tratamento, o mais precocemente possível. É também através do nosso SUS e das nossas Unidades de Atendimento Básico a prevenção através de campanhas, os preventivos, o uso de preservativos, esclarecimento para população o que são IST, quais são, como se pega, como não se pega, a importância reside nessas duas faixas, prevenção através de campanhas educativas e informativas e a distribuição de insumos, como preservativos e a parte de brindar consultas para a população para maior esclarecimento e tratar as IST's.

Já a Entrevistada 1, entende que:

Eu posso falar pelo nosso município, sempre trabalhamos junto com o SAE, antigamente era o coordenação municipal, eles atendem outras especialidades no SAE além da AIDS, a tuberculose, as hepatites... o que a gente teve assim a nível de terceiro setor, sempre tivemos bons relacionamentos, sempre nossos projetos em conjunto de levar informação, sempre tivemos bom atendimento dos coordenadores do SAE, interesse das pessoas que atendiam os pacientes de IST's, nós como terceiro setor, no nosso município nós nunca tivemos uma barreira, sempre tivemos em conjunto tanto o SUS quanto o terceiro setor, a gente sempre trabalhou bem, por isso digo, essa realidade de Livramento a gente conhece bem porque sempre tivemos uma boa parceria, porque nunca sentimos distanciados do SUS, e vejo que o SUS

em Livramento atendeu muito bem essas pessoas, tivemos bons enfermeiros, bons coordenadores, tivemos pessoas muito bem intencionadas, se não fizeram melhor foi porque era além das possibilidades, o recursos que vinha era muito pouco, sempre pessoas informadas, que participavam de seminários, isso tudo a USAS acompanhou, se faltou qualidade foi em razão de outros fatores, e não o humano.

Como meio de informação para a sociedade, Gomes (2013) coloca as ONG Aids como entidades efetivas na desmistificação de estigmas sociais para com soro positivos, quando o HIV ainda era conhecido como a “Praga gay” essas organizações lutaram para mostrar que a infecção não se dava somente na comunidade LGBTQ+, abrindo os olhos da sociedade, que todos estavam expostos ao vírus, independente de orientação sexual ou identidade de gênero.

Sobre Organizações do terceiro setor enquanto atores efetivos no combate à estigmas sociais e desmistificadores de preconceitos em torno de pacientes de IST's, a ONG USAS fez vários projetos, em 2012 o primeiro projeto aprovado nos editais do Ministério da Saúde, era sobre a população LGBTQ+, em 2017 a segunda edição contou com várias oficinas e rodas de conversa nas Estratégias de Saúde da Família e nos Centros de Referência de Assistência Social para levar informação e esclarecer dúvidas da população sobre as IST's e questionamentos sobre sexualidade, ainda no dia do evento principal, que foi intitulado “II Encontro Binacional de Visibilidade LGBTQ+” houve parceria com o SAE para disponibilização de testes rápidos e a vinda de vários agentes políticos e militantes da causa para explanar sobre o tema. Sobre esse papel de desconstruir preconceitos e a participação da população nos projetos da USAS, a Entrevistada 3 cita:

Nosso foco é em HIV/IST, então fizemos dois projetos com a população LGBT, são atingidos por preconceitos e existe muito preconceito dentro da própria população, eles não querem se mostrar, no primeiro seminário LGBT não teve muita participação, no segundo já cresceu bastante, a gente vê principalmente o público LGBT jovem, mas ainda existe esse medo de se mostrar, principalmente a população trans.

Em sua percepção a Entrevistada 1 cita:

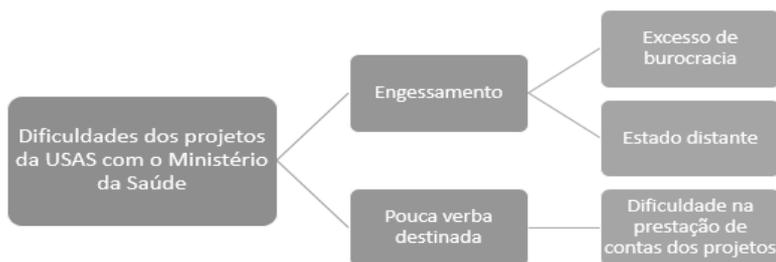
Basicamente é o que tentamos fazer, desde a nossa fundação, tivemos um trabalho bastante forte, nós íamos até as escolas, fazíamos rodas de conversas, levamos informação, grupos de estudo, tínhamos profissionais na rede do SUS e sentávamos e conversávamos de como chegar a atingir os jovens, aos adultos, setor público, para conscientizar sobre o assunto, durou 1 ano, fizemos alguma coisa, não tanto como gostaria, mas sempre fica a sementinha. O preconceito está muito dentro de casa, então quando o jovem chega na escola, chega com toda uma carga, as pessoas esquecem que a educação começa na família, mas alguma coisa por pouco que seja, sempre fica, pelos projetos que foram mais de 16 projetos nas comunidades, em várias partes da cidade e em Rivera também já trabalhamos.

Por sua vez, a Entrevistada 2 coloca:

O foco da ONG, ao meu ver, é muito mais voltada para a prevenção, trabalho social e principalmente à inclusão da população chave, que muitas vezes não encontra na sociedade um espaço, justamente por ser muito estigmatizada, então é um papel fundamental, a ONG vem a implementar, a somar o trabalho do setor público.

Como cita Montañó (2010), o Estado se tornou um ator muito forte na promoção das entidades do terceiro setor, a parceria forte com essas, ajudavam o setor público a focar em outras prioridades, sobre essas parcerias a nível de Ministério da Saúde, nossas entrevistadas da ONG USAS colocam alguns pontos que dificultam essa parceria, como podemos ver na figura 2.

Figura 2 – Síntese de dificuldades nos projetos com o Ministério da Saúde



Fonte: Elaboração própria.

Como é colocado na figura 2, as entrevistadas da ONG USAS acham o Ministério da Saúde um pouco distante e excessivamente burocrático, dificultando o trabalho com projetos lançados nos editais deles, como cita a Entrevistada 3:

Ultimamente eles não têm lançado edital, mas nessa atual política assim, a gente vê que é muita burocracia, eles estão travando muito a realização dos projetos e a verba destinada é muito pouca, então a gente vê com muita dificuldade porque a gente faz um trabalho bem feito, a gente fez um projeto maravilhoso, mas na hora da prestação de contas tem muito entrave, muita burocracia.

Já a Entrevistada 1, por sua vez, coloca:

Com o Estado sempre tivemos boas parcerias, consideramos que houve certo distanciamento, porque a ONG participa do fórum ONG/Aids, tem cobranças, algumas dificuldades, mas o fórum te fortalece para trabalhar com essas parcerias com o Estado, o Estado também se fazia presente no início da epidemia, se fazia presente nos municípios trabalhavam em conjunto com as ONGs, hoje faz mais de 5 ou 6 anos que o Estado não faz mais essa vistoria, pelo menos aqui em Livramento não chega, não faz mais esse trabalho mais presente junto com a ONG, antes faziam, vinham, sentavam, você via o Estado presente, o Estado acompanhando, te dando suporte, o Ministério está muito longe, custamos muito para ser aprovados em um edital do Ministério, até que um edital a ONG se posicionou dizendo que era zona de fronteira, falando da epidemia que até então o Ministério não tinham nos olhado, embora falasse que haviam projetos para as zonas de fronteiras, a nível Livramento e Rivera, não havia nenhum projeto aprovado, fomos aprovar só em 2012, um projeto que estávamos vendo em função do primeiro seminário LGBT, conseguimos a aprovação, mas consideramos o ministério bastante longe dos municípios, bastante

engessado, uma dificuldade enorme pra se fazer entender, e mostrar nossa realidade, apesar de toda experiência que provamos e todos projetos que mostramos pra eles, nós consideramos bastante longe, apesar também de termos gente de dentro do ministério que já conheciam também o trabalho de prevenção da ONG na fronteira, sentimos essa dificuldade.

Quando se fala nos projetos e nas parcerias com o governo do município de Santana do Livramento, tanto as entrevistadas da USAS, quanto a entrevistada do SAE que representa esse setor público mais perto, elas colocam pontos muito positivos de mutuo apoio, segue a fala da Entrevistada 1:

Sempre tivemos, no início da ONG a gente sempre conseguiu apoio, com o prefeito a Secretaria de Saúde, com as instituições ligadas e outras secretarias, pode ser pela cidade que é pequena e sempre apresentamos um bom trabalho, sempre sentimos a Câmara de Vereadores bem próxima também. Nós fizemos também um projeto que era a 40km daqui, em um assentamento, nesse projeto nós conseguimos a colaboração da câmara, da prefeitura...porque desde a nossa fundação, mostramos credibilidade ao município, um trabalho coeso de visibilidade, isso nos fortaleceu e faz que o poder público acredite no nosso trabalho, não temos queixas sobre o poder público municipal, sempre nos apoiaram e acolheram.

Já a Entrevistada 2, explana:

Eu acho que o papel fundamental das ONGs, é a parceria que se cria, desde o público, e a parceria da USAS que também trabalha com toda essa população chave, nem a ONG sozinha, nem o SAE sozinho conseguiriam levar a frente o trabalho, são focos diferentes, mesmo com a mesma temática, porém é uma ajuda mutua.

Por sua vez, a Entrevistada 3 coloca que, *“A nossa relação é muito boa, principalmente com a Secretaria de Saúde né, porque sempre nos apoiaram, sempre que precisamos nos deram apoio no nosso trabalho, sempre trabalhamos em parceria com eles”*.

Assim, diante dos resultados encontrados na pesquisa, o quadro 3 traz uma sistematização dos resultados encontrados por meio das entrevistas e documentos com a União Santanense de Ações em Saúde - USAS e com o Serviço de Atendimento Especializado – SAE.

Quadro 3 – Sistematização dos resultados da pesquisa.

Questionamento	Resultado
ONGs enquanto reivindicadores de melhorias no tratamento à IST's.	Visibilidade à doença e à população atingida. Promoção de campanhas de prevenção. Forte pressão junto ao Ministério.
Trabalho entre Rivera – Livramento (Zona de Fronteira)	Parcerias dificultadas pelas políticas diferentes, mas com empenho dos dois lados.
Sistema Único de Saúde enquanto garantia do tratamento universal.	Forte financiador desde o primeiro acesso, campanhas de prevenção e tratamento.
USAS enquanto desmistificador de estigmas sociais	Projetos realizados com crescente adesão de jovens. Efetivo agende de informação para a desconstrução de preconceitos e redução de danos. Parceria com o setor público municipal. Projetos com o Ministério da Saúde.
USAS e o Setor Público	Dificuldades quando se trata da burocracia e o engessamento. Distanciamento do Ministério da Saúde Constante apoio do município. Fortes parcerias com o Serviço de Atendimento Especializado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto, percebe-se uma linha que divide o nível de dificuldade que a ONG USAS tem para trabalhar com o Ministério da Saúde e o a facilidade e colaboração para com o governo do Município, as debilidades do engessamento do setor público e a boa vontade de colaborar que a ONG tem para com a população, por essa dificuldade e falta de verba repassado para a organizações do terceiro setor, nossa Entrevistada 3 coloca:

Existia muitas ONGs que faziam esse trabalho, de tratamento, de busca de pessoas portadoras, mas se vê assim, como eles foram diminuindo a verba para as instituições, muitas instituições tiveram que fechar as portas porque não tinham como se manter né, e se vê que ultimamente são poucas ONGs que seguem nesse trabalho de conscientização e combate à Aids.

Mesmo com todas dificuldades é de suma importância que as instituições resistam, pois são um meio da voz da sociedade chegar aos governantes, dar visibilidade ao povo. Após ter-se abordado as análises, a seguir passa-se às considerações finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a contribuição das organizações do terceiro setor no combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST's, o estudo se centrou na ONG União Santanense de Ações em Saúde – USAS, que atua na cidade desde 2004. Os resultados evidenciam que a USAS tem participado assiduamente no processo de combate às IST's junto ao setor público do município e Estado.

Evidenciou-se muita dificuldade da USAS em trabalhar com o Ministério da Saúde, uma vez que recursos tiveram que ser estornados de projetos de visibilidade da população LGBTQ+, por excesso de burocracia e morosidade do setor público. Ainda abaliza-se parcerias com entes públicos de Santana do Livramento, principalmente o Serviço de Atendimento Especializado, unidade da Secretaria Municipal de Saúde que centra suas atividades no combate e tratamento às IST's. A ONG USAS em seus projetos leva informação e efetiva seu papel como agente multiplicador, centrando bastante suas ações no combate à desinformação gerada em torno de estigmas sociais.

Salienta-se que Santana do Livramento como componente de uma Zona de Fronteira com Rivera – UY, deve especialmente ter foco nessa prevenção às IST's, uma vez que há livre trânsito de pessoas, livre comunicação e livre comércio entre as duas cidades que compõem a Fronteira da Paz. Há parcerias que são em partes dificultadas pelas políticas públicas diferentes dos dois países, mas a USAS se faz presente para junto com a Intendência de Rivera, estarem em parcerias com projetos destinados à essa prevenção dos dois lados da fronteira, tendo o apoio das entidades de ambos países.

Com esta pesquisa entendeu-se que só é possível um trabalho de prevenção, fazendo a mobilização das populações consideradas chaves para o combate às IST's, como exemplo a população LGBTQ+, tanto do lado Uruguaio quanto do lado brasileiro, para que estes recebam informações quanto à prevenção e tratamento das IST's, também grupos de idosos, esse sendo um grupo de muito aumento de casos, até pelo preconceito quanto ao uso de preservativo. Também é de suma importância projetos feitos pela ONG, que trabalham com profissionais do sexo, conscientizando e disponibilizando preservativos e materiais de higiene, uma vez que essas pessoas se encontram em condições de debilidade social com precárias condições de higiene pessoal. Também projetos que se colocam à disposição os integrantes e voluntários porta vozes das populações socialmente atingidas, de irem às Unidades de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social, entre outros espaços de discussão para esclarecer dúvidas e levar conhecimento para a sociedade, pois é por meio da informação que se desmistifica estigmas e encontra-se maior facilidade no trabalho de prevenção, uma vez que a população já tem sob seu conhecimento, aspectos importantes sobre os grupos sociais com maior debilidade e entendendo que não são só esses grupos que estão sucintos ao vírus.

Quando se trata de contribuição acadêmica, o estudo disponibiliza uma análise de relações entre terceiro setor, seu papel nas fragilidades sociais e suas ações em conjunto com a esfera pública. Buscou fazer o choque da ótica entre a teoria e sua história desde o surgimento da epidemia nos anos 80 e a prática das ONG Aids nos tempos atuais, trazendo a importância do debate para a prevenção e promoção de tratamento às Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Como sugestão, recomenda-se que os resultados desta pesquisa sejam levados para discussão na ONG USAS em que seu grupo de voluntariado poderá seguir os resultados aqui apontados. Oferece contribuição para o terceiro setor e também para o setor público, uma vez que aponta as percepções de trabalho e dificuldades que a ONG USAS enfrenta para colaboração com certos entes públicos, além de frisar a importância dos projetos de prevenção e o quanto é fundamental dar visibilidade ao HIV/Aids e Infecções Sexualmente Transmissíveis de modo geral, permitindo um diálogo entre sociedade civil e setor público para a melhoria e promoção da saúde.

Por fim, este estudo se centrou na ONG USAS e na percepção dos entrevistados em questão, limitando-se à análise de percepções e experiência desses, o que torna o estudo mais limitado quando se trata de generalização dos resultados. Com isso, se sugere a realização de outras pesquisas acerca do tema em questão. Analisar o contexto de outras organizações do terceiro setor, num leque maior de cidades, comparando suas peculiaridades e dando visibilidade a esse tema, relacionando diretamente com o setor público e a saúde pública, entendendo-se que essas entidades voluntárias chegam muitas vezes onde o setor público não consegue.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTOLDI, Alex Souza. **Ações do Terceiro Setor frente à epidemia de HIV/Aids no município de Ribeirão Preto**. São Paulo, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Boletim epidemiológico – AIDS e DST – Brasília, 2017**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST e Aids. **A aids nas fronteiras do Brasil – Brasília, 2003**.

BRASIL. Portaria N.º 2313, de 19 de dezembro de 2002. **Política de financiamento das ações em HIV/Aids e outras DST**, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/publicacoes/Legislacao/Portaria_2313-2002_PAM-Aids.pdf>. Acesso em: 08 Jun. 2018.

CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **ESTADO E TERCEIRO SETOR NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS O Programa Nacional de DST e Aids 1994-2005**. São Paulo, 2005.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre. Penso. 2014.

FARIAS, Maio Spellman Quirino. **Terceiro Setor em HIV/Aids: Mapeando o Ativismo Social na Contemporaneidade**. Natal, 2006.

FERRAREZI, Elisabete. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP : a Lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor**. Brasília, Comunidade Solidária, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed – São Paulo: Atlas, 2012

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, São Paulo 1995.

GOMES Valéria Bastos; SAMPAIO José Coelho; RUIZ Erasmo Miessa; BLEICHER Taís; FERREIRA Heraldo Simões; ARAÚJO Frederico Emmanuel Leitão; DE FARIAS Mariana Ramalho. **Parceria do Estado com ONGs/AIDS: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. J Health Biol Sci; Pag:160-165, 2013.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6. Ed – São Paulo: Atlas, 2011.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva e TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de aids**. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

LEITE, Marco Antônio Santos. **O terceiro setor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's**. Minas Gerais: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Maria Liz Cunha; PAZ, Leidijany Costa; MELO, Gislane Ferreira de. **Dez anos de epidemia do HIV/AIDS em maiores de 60 anos no Distrito Federal – Brasil**. Rev. Bras. Epidemiol. Pag 30-39, Brasília, 2013.

PARKER, Richard. **Construindo os alicerces para a resposta ao HIV/AIDS no Brasil: o desenvolvimento de políticas sobre o HIV/AIDS, 1982-1996. (Divulgação em Saúde para Debate, 27, agosto 2003.)** Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, Londrina, 2003.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil**. Rev. Adm. Pública, pag 25-67, Rio de Janeiro, 1998.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Políticas Públicas em aids**. In: Parker R, organizador. **Políticas, instituições e Aids: enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA/Jorge Zahar, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VILLARINHO, Mariana Vieira. **Políticas públicas de saúde face à epidemia da AIDS e a assistência às pessoas com a doença**. Rev. Bras. Enfermagem, pag 271-277, Brasília, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. Ed – Porto Alegre: Bookman, 2010.